



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 8/2009

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2009

----- Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano dois mil e nove, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela sua Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Ana Cristina Lobato Pinto de Fróis de Figueiredo e Silva e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. Pelas catorze horas e trinta minutos, foi declarada aberta a reunião com a presença de 18 deputados municipais e 14 Presidentes de Junta, conforme documento que se junta como anexo 1. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos do número um da alínea c) do Artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta da Senhora Deputada Maria Inês Pereira Maurício e do Senhor Deputado Luís Manuel Calado Madeira Queijeiro procedendo à respectiva substituição o Senhor Deputado António Luís de Sousa Costa. -----
-----Verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- APROVAÇÃO DE ACTAS -----

----- Foi colocada a votação a acta n.º 7/2009 referente à Sessão de Ordinária de 3 de Outubro que foi aprovada por unanimidade. -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, antes de iniciar o período antes da Ordem do dia prestou as seguintes informações: -----

----- A primeira manifestando o pesar pelo inesperado falecimento do Senhor José Bernardino, familiar da Senhora Presidente de Câmara, apresentado as condolências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

da Mesa da Assembleia Municipal a toda a família e apelando à compreensão de toda a Assembleia para um célere andamento dos trabalhos em face da situação. -----

----- A segunda informação refere-se a uma reunião preliminar entre a Mesa da Assembleia e os Líderes de bancada com assento no hemiciclo, sendo que não se considerou os Senhores Presidentes de Junta para o efeito por se entender que estes integram as respectivas forças políticas. Procurou-se nesta reunião um consenso nas formas de aligeirar os procedimentos, designadamente no que respeita aos seguintes pontos: -----

----- Por consenso definiu-se que a Actividade Municipal deixará de constar no corpo da acta e passará a constituir um anexo à mesma; -----

----- As intervenções dos Deputados Municipais, e termos da lei, deixarão de constar do corpo da acta na íntegra, sendo feita uma súmula daquilo que de relevante e importante se passar na Assembleia. Excepção para as intervenções escritas ou alguma intervenção verbal que por indicação expressa do Deputado será transcrita na íntegra para a acta. As intervenções escritas devem entregues no final da sessão aos serviços de apoio à Assembleia Municipal e posteriormente enviados por e-mail para incluir na acta respectiva; -----

----- No que respeita aos tempos das intervenções no período antes da ordem do dia, período com a duração máxima de 1 hora conforme estabelece o regimento em vigor, sendo distribuído com o consenso de todos da seguinte forma: 20 minutos para a CJF; 15 minutos para o PS; 4 minutos para o BE e para o MIC e para dos Presidentes de Junta um total de 28 minutos, não podendo, no entanto, cada um deles ultrapassar os 4 minutos de intervenção. -----

----- Solicita-se a todos os deputados que respeitem o acordado até à redefinição de atribuição de tempos. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado António Luís de Sousa Costa -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Maria Pires Rodrigues -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----

----- Deputado Leandro Manuel Alves Jorge -----

----- Presidente de Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo-----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António Luís de Sousa Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do Presidente, saudou o novo executivo camarário e fez votos de bom trabalho para este mandato. ---

----- A intervenção resumiu-se apenas à interrogação ao Executivo Municipal de qual seria a previsão de apresentação do Orçamento à Assembleia Municipal, já que a legislação aplicável permite a sua apresentação a este Órgão até Abril de 2010. -----

----- Apresentou ainda os sentimentos à Presidente da Câmara pelo falecimento do seu familiar. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos aos Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia na pessoa do Presidente da Assembleia e ao Executivo Municipal na pessoa da Presidente de Câmara. -----

----- Prescindiu da intervenção devido ao momento ser de pesar e de luto pelo falecimento do Senhor José Bernardino. -----

----- Apresentou os sentimentos à Presidente de Câmara. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes e apresentou as condolências à Presidente da Câmara. -----

----- A intervenção centrou-se em três pontos: a atribuição de topónimos, taxas e impostos e ainda a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal. -----

-----No que se refere ao primeiro ponto, salientou o facto de, não obstante o bom trabalho desenvolvido pela Comissão de Toponímia, não estar a ser cumprido o regulamento aprovado no seu artigo 16º, devendo ter sido tomado esse aspecto em consideração aquando da atribuição do topónimo para posterior colocação das respectivas placas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No segundo ponto, taxas e impostos, lembrou e recomendou a abolição da tarifa de disponibilidade da água, sendo que já se considera elevado o preço da mesma, assim como os valores cobrados pelo saneamento e pelos resíduos sólidos urbanos; algumas vezes aquela taxa é superior ao custo pelo consumo.. -----

----- Por fim, sendo que a ordem de trabalhos é bastante extensa, propôs que fosse retirado o último grupo ordem de trabalhos, Eleição/designação de representantes ou membros a integrar em diversos órgãos ou entidades, considerando a importância de . que se revestem esses grupos e dada a larga listagem dos mesmos.-----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

Dado a notícia comunicada pelo Presidente da Assembleia prescindiu da intervenção que seria uma sessão de cumprimentos para uma altura mais própria e apresentou as condolências à Presidente da Câmara. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Referiu que na reunião efectuada com os líderes Parlamentares o tempo definido para o BE e para o MIC terá sido de 5 minutos e não de 4 minutos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Apresentou as suas desculpas pelo lapso e confirmou que o tempo acordado para as intervenções destes grupos teria sido efectivamente os 5 minutos. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Apresentou intervenção escrita que se reproduz na íntegra. -----

-----“Conforme acordado, pelos representantes dos vários partidos com representação nesta assembleia, o Bloco de Esquerda dispõe do curto espaço de tempo de cinco minutos para apresentar a sua intervenção de antes da ordem do dia. -----

-----Assim sendo, dispensarei os cumprimentos pessoais e de praxe e desejarei apenas uma boa tarde a todos os presentes. -----

-----A questão do tempo é certamente algo que nos preocupa. Não especificamente a do tempo de intervenção, mas a dos tempos com que nos confrontamos para proceder à análise da documentação. -----

-----Certamente, a maioria dos presentes concordará connosco quando dizemos que 48 horas é tempo manifestamente insuficiente para fazer uma análise cuidada da documentação fornecida. -----

-----Ninguém em consciência poderá dizer que nesse espaço de tempo conseguiu fazer a análise reflectida e consciente que os documentos exigem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

-----A assim continuar poderemos vir a pensar que talvez os assuntos não sejam realmente para ser discutidos com consciência e que apenas aqui nos encontramos por via de uma eleição a que não se dá a devida importância. -----

-----Não queremos no entanto deixar de dizer que compreendemos que o tempo decorrido entre a instalação da Câmara e da Assembleia Municipal e esta primeira reunião foi curto, não dando talvez espaço de manobra para prazos mais alargados. Ficaremos portanto a aguardar tempos mais alargados de análise da documentação em próximas reuniões. -----

-----De tempo se poderia também falar em relação à intervenção do público. -----

-----Foi apanágio de alguns programas, incluindo o do partido maioritário e o do Bloco de Esquerda, que se desse voz aos cidadãos e cidadãs deste concelho antes do final das reuniões. Também esse tempo tal como o de análise da documentação se mantém inalterado. -----

-----Fala-se inúmeras vezes, fora desta assembleia, na necessidade de fazer alterações ao regimento, no entanto, tudo se fica pelas intenções, não tendo sido ainda adiantada nenhuma proposta para que a sua alteração se concretizasse. -----

-----Consideramos que o bom funcionamento de uma instituição passa, antes de mais, pela definição clara das regras por que se rege. E neste momento, encontram-se ainda em vigor regras com as quais, pensamos, os vários grupos parlamentares discordam. É tempo, portanto de **alterar as regras de funcionamento desta Assembleia**. -----

-----De tempo se pode também falar, quando ao abrirmos um jornal local, nos apercebemos que, talvez por uma questão de horas, se poderia ter tido conhecimento de alguns assuntos a discutir nesta assembleia, através do mesmo. Mas aqui não só de tempo falamos. Falamos também de respeito pelos grupos que compõem esta Assembleia. Aqui surgiu-nos uma dúvida em relação ao significado da frase “ remeter a presente proposta para aprovação à assembleia municipal “. -----

-----Estávamos certos de que remeter para aprovação significava que a proposta estava ainda em aberto, sujeita à discussão democrática nesta Assembleia e que só posteriormente seria aprovada. Engano nosso. O referido jornal dá essas taxas já como aprovadas. -----

-----Seria, no nosso entender, razoável que ao facultar notícias deste âmbito, a Câmara municipal, fizesse questão de reforçar a ideia de que são propostas do executivo, ainda sujeitas a aprovação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

-----Bem sabemos que quando se tem maioria, se tem tendência a sentir como aprovada qualquer proposta. -----

-----Queremos referir que esta é a segunda vez desde as ultimas eleições que um órgão de comunicação anuncia antes da decisão da Assembleia Municipal, o caminho que as coisas tomarão. Se bem se recordam, antes da eleição da Mesa da Assembleia, sabíamos já através de um jornal quem seria o seu Presidente. -----

-----Não vos parece uma pequena perversão do conceito de democracia? -----

-----Queremos acreditar que o que os jornais publicam, será da sua responsabilidade e não do executivo camarário, no entanto, julgamos, que seria uma pequena demonstração de respeito pelos órgãos eleitos, não compactuar com tais notícias. -----

-----E para que nem todos os tempos a referir sejam maus, queremos referir-nos ao facto de dois jovens riomaiorenses se colocarem à frente no seu tempo. -----

-----Refiro-me como devem imaginar ao Igor Martinho, eleito chefe cozinheiro do ano e à Sandra Pereira, pela sua selecção para a mostra de artes Anteciparte. Estes dois jovens provaram que apesar da falta de incentivo do município a outra coisa que não seja o desporto, estratégia que esperamos ver modificada, se consegue ir mais longe e alcançar reconhecimento. -----

-----Queremos por isso **propor que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Louvor a Igor Martinho** como forma de não só reconhecer o seu mérito a nível nacional, mas também incentivar outros jovens a perseguir os seus sonhos e procurar o sucesso nas suas áreas de eleição. -----

-----Imaginem como poderia ser se outros jovens nestas ou noutras áreas pudessem ter o apoio do município para os seus anseios e projectos. -----

-----Nesta sequência de ideias, e porque consideramos que a maior aposta de Rio Maior terá de ser na juventude, na fixação e capacitação dos jovens no concelho, queremos **propor a esta Assembleia a Criação do Conselho Municipal de Juventude**. -----

-----Porque acreditamos no valor das pessoas e principalmente no valor dos jovens queremos que possam colaborar na definição e execução das políticas municipais a eles destinadas, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social. Queremos que possam dar o seu contributo para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude, que sejam promovidas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude, à actividade associativa juvenil e que seja assegurada a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras. -----

-----Quem melhor do que os jovens para promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município? -----

-----A criação do órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude é, consideramos, uma importante aposta nos jovens e no futuro e no futuro de Rio Maior ficando aqui, portanto a proposta de votação da sua criação. ----

-----Obrigada.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da proposta de louvor a Igor Martinho e sobre a proposta de Criação do Conselho Municipal de Juventude, tendo a proponente, após intervenção do **Deputado António Manuel da Silva Moreira** que referiu ser habitual as propostas de louvor serem apresentadas por escrito e discutidas previamente com os restantes grupos parlamentares, aceite que as referidas propostas fossem reapresentadas e colocadas à votação noutra sessão da Assembleia Municipal. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do Seu Presidente.

----- A intervenção resumiu-se ao desejo de um trabalho de excelência por parte dos órgãos Autárquicos, contribuindo desta forma para um Concelho mais próspero, mais justo, mais fraterno e mais humano. -----

----- **Deputado Leandro Manuel Alves Jorge** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Apresentou um reparo no que se refere ao Relatório das obras concluídas, designadamente aquela que se refere à beneficiação do caminho municipal 1333 – Estrada Nacional 114 – São João da Ribeira. A obra, contrariamente ao referido no relatório, não se encontra concluída, nem sequer iniciada. -----

---- Apresentou ainda duas notas que se referem aos seguintes assuntos: em primeiro uma sugestão ao Executivo Municipal para tenha em consideração a criação de um vazadouro público, onde se possa depositar entulho e lixos de obras e a segunda para referir que o Conselho Municipal de Juventude já existe em Rio Maior, mas como Parlamento da Juventude, considerando que a sua existência é, no entanto, bastante vaga, devendo fazer-se uma aposta real no debate sobre a juventude e os factores de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

distanciamento desta à política. -----

----- Apresentou ainda os sentimentos à Presidente de Câmara e à sua família. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Dirigindo-se à Presidente da Câmara evidenciou o voto de confiança que lhe foi dado pela população com a maioria absoluta que conquistou. -----

----- Evidenciou a importância que deverá ser dada ao domínio social em todas as suas valências e mostrou-se disponível para colaborar em tudo o que estiver ao seu alcance para a execução de um trabalho sério e abrangente. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Desejou votos de bom trabalho à Assembleia Municipal e que esta venha a desenvolver uma actuação legal e na prossecução de um plano estratégico e integrado para o Concelho. -----

----- Apresentou as sentidas condolências à Presidente da Câmara e à sua família. ----

----- Apresentasse nesta Assembleia Municipal na qualidade de eleito pela CDU (PCP/PEV) e nessa qualidade exige igualdade de direitos em relação aos restantes Grupos Parlamentares no que se refere à distribuição de lugares de bancada. -----

----- Apontou quatro questões que o preocupam na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia de Asseiceira: o não funcionamento dos sumidouros de águas pluviais, que têm vindo a provocar inundações nas últimas chuvas; também as inundações na Ribeira de St.º André, onde seis casas foram afectadas pelo problemas do deficiente escoamento das águas pluviais; o agravamento das questões sociais que cada vez mais se sentem na Freguesia e que tem vindo a agravar nos últimos tempos. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Agradeceu a todos os eleitores que nele votaram afirmando que iria tentar corresponder às suas expectativas

----- Apresentou pêsames à Sra. Presidente de Câmara pelo falecimento do avô do seu defunto marido, tendo alertado para o envelhecimento demográfico do concelho com todos os problemas sociais que esta situação acarreta.

----- Informou sobre as alterações funcionais do Centro de Saúde para unidades na base da reforma dos Cuidados de Saúde Primários com a criação dos Agrupamentos de Centros de Saúde e o funcionamento daqueles por unidades prestadoras de cuidados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento à Assembleia Municipal do facto de ser Interlocutor do Banco Alimentar no Concelho de Rio Maior e que decorre, neste mesmo fim-de-semana, a recolha do banco alimentar nas lojas da nossa cidade, lançando um forte apelo à contribuição para esta campanha. -----

----- Sugeriu ao executivo Municipal que encontrasse formas para que, aquando das negociações de preços de consumíveis de economato (papel, tinteiros, etc.) para consumo da Câmara Municipal de Rio Maior, se exigisse à empresa a quem se adjudicou o serviço a prática dos mesmos preços para todas as Juntas de Freguesia, possibilitando a estas a compra destes materiais, que de outra forma são inalcançáveis, por força do preço praticado. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para salientar que tal poderia não se apresentar como realizável, já que as Câmaras estão obrigadas a respeitar o Código dos Contratos Públicos e todas as suas disposições. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou intervenção escrita que se reproduz na íntegra. -----

----- “Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, à Sr.^a Presidente da Câmara e Senhores e Senhoras Vereadoras, Presidentes de Junta, colegas Deputados Municipais, Funcionários desta Câmara e demais presentes. -----

----- Permitam que me dirija em primeiro lugar aos que pela primeira vez se sentam nestas bancadas, sejam muito bem vindos. Aos que repetem esta digna missão, dizer-vos que é um prazer rever-vos e poder continuar a trabalhar convosco. -----

----- A Assembleia Municipal é o Órgão onde está representado todo o Concelho, e como disse na tomada de posse, é aqui nesta sala, que se irão discutir os mais diversos assuntos de interesse para o nosso Concelho, daí, que todos, quer sejamos de um ou de outro partido, e os independentes, que através de todo o nosso saber, iremos certamente ter discussões elucidativas e decisões objectivas, coerentes e democráticas. -----

----- A todos os meus votos de um bom trabalho e que na divergência de opiniões saibamos respeitar todos e cada um de nós. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- E como o Natal e o Ano Novo estão próximos e não é previsível que aqui venhamos antes da entrada do novo ano, aproveito para desejar a todos e respectivas famílias um feliz Natal e um Ano Novo com muita saúde e sucessos pessoais e profissionais. -----

----- Aproveito para endereçar os meus sentimentos à Senhora Presidente e restante família pelo Falecimento do Sr. Bernardino.”-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Intveio para esclarecer que é intenção da Mesa que na próxima Assembleia Municipal seja constituída uma comissão de revisão do Regimento em vigor. -----

----- **Presidente da Câmara** -----

----- A Presidente da Câmara prestou esclarecimentos acerca da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2010 remetendo-a para a Assembleia Municipal de Fevereiro, onde se pretende já aprovar uma reestruturação de serviços, assim como a revisão das tabelas de taxas. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Actividade Municipal (anexo 3)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a Actividade Municipal à Assembleia Municipal e prestou todos os esclarecimentos solicitados, designadamente no que se refere às reuniões com a CIMLT, a NERSANT, o PNSAC e ainda sobre a Central de Biomassa Florestal. -----

----- **Relatório da situação económica e financeira do Município 1º semestre 2009 – Parecer do ROC** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto à Assembleia Municipal não se registando intervenções. -----

----- **Relatório da situação económica e financeira do Município 1º semestre 2009 – Parecer do ROC** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto à Assembleia Municipal não se registando intervenções. -----

----- **Inspecção da IGAL – Parecer final** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto à Assembleia Municipal não se registando intervenções. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Ponto I** – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL, ANTÓNIO MARIA CALADO DA MAIA, PELO PERÍODO DE UM ANO -----

----- Colocado a votação, o pedido foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. ----

----- **Ponto II** – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL, PAULO CÉSAR FERNANDES COLAÇO, PELO PERÍODO DE UM ANO -----

----- Colocado a votação, o pedido foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. ----

----- Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- “Compreendendo as razões que estão na génese do pedido de suspensão, e não tendo manifestado sequer nada na discussão, queria dizer que considero que há aqui um vazio, pelo menos um vazio legal, porque nenhuma das alíneas que permite que o Deputado Paulo Colaço peça a suspensão se encontra consignada na lei.” -----

----- Nesta altura foram chamados os deputados Luís Fernando Henriques Santos (CJF) e Anabela Costa Azenha (PS) que vão substituir os deputados que pediram suspensão. -----

----- Ambos prestaram juramento e tomaram posse como membros das Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto III** – IMI 2009, IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, sendo esta que se mantenha o valor aprovado para o ano transacto (0,7). -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e fez a seguinte declaração que se transcreve: -----

----- “ Considero que a redução dos impostos locais é factor fundamental e importante para promover e favorecer as famílias, para dinamizar o tecido social e económico do nosso Concelho também e no caso do IMT para fomentar políticas urbanísticas. Contudo esta minha posição, no que diz respeito à aprovação, tem a ver com a entrada recente e fresca do executivo no seu exercício. Espero, portanto, que no futuro possamos discutir este imposto com vista a uma redução, porque dada a crise, e crise é mudança, e porque estamos na época de mudança, eu gostaria que se verificasse uma mudança neste particular.” -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Apresentou intervenção escrita que se reproduz na íntegra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “A política fiscal deve ser um instrumento fundamental para promover a justiça fiscal e o desenvolvimento equilibrado e sustentável das sociedades, é assim que o BE vê e analisa as propostas apresentadas pelos intervenientes na política fiscal do Município. -----

----- É também opinião do BE que os cidadãos e cidadãs deste e de outros concelhos do País, têm uma pesada carga fiscal imposta pelos sucessivos Governos. -----

----- As dificuldades das pessoas são reais, o desemprego tende a subir e a precariedade de muitos jovens e menos jovens acentua-se. Se a isto juntarmos os baixos salários praticados a situação apresenta-se dramática. -----

----- É neste contexto que as propostas do BE têm que ser vistas. -----

----- Consideramos portanto que em época de crise, é preciso sensibilidade social. ----

----- O objectivo primeiro da cobrança de impostos municipais é, naturalmente, o de fornecer às Autarquias os recursos financeiros necessários para fazer face às despesas em que esta incorre com a realização das funções que lhe estão atribuídas.

----- No entanto, e no nosso entender, a cobrança de impostos deve prosseguir, como já referimos, um outro objectivo, o da justiça fiscal, assente na solidariedade social e na redistribuição da riqueza, conforme consagra a nossa Constituição. -----

----- Neste sentido a política fiscal prosseguida por uma autarquia também reflecte a sua própria opção de classe. -----

----- O IMI e a Derrama, são impostos em que a Assembleia Municipal é chamada a pronunciar-se directamente, embora outros impostos/taxas devessem também ser objecto de apreciação em sede de orçamento, como sendo as taxas da actividade comercial, ou a cobrança da água. -----

----- Relativamente ao IMI o Bloco de Esquerda propõe, 0,55% para os prédios urbanos não avaliados e 0,3% para os prédios urbanos avaliados de acordo com o CIMI (Código imposto municipal sobre imóveis). -----

----- Esta proposta que se encontra a meio da tabela possível, parece-nos equilibrada, pois permite, por um lado que se recolham receitas que permitam à autarquia honrar os seus compromissos e por outro lado não sobrecarregar as famílias, que de uma maneira geral se encontram afectadas pela crise.” -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Verificou que o executivo aprovou as mesmas tabelas e as mesmas propostas do ano anterior, ficando à espera que a Coligação cumpra o seu programa eleitoral baixando este imposto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Ainda referiu o já bastante antigo problema do imposto sobre os prédios rústicos, onde se verifica que existem cinco freguesias que não recebem o valor correspondente a tal porque não existem enquanto freguesias ficais. São elas: Asseiceira, Ribeira de São João, Assentiz, Malaqueijo e São Sebastião. Solicitou o empenho da Assembleia Municipal para a resolução em definitivo deste problema. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Lamentou que a taxa tenha voltado ao máximo da sua aplicação, por força da imposição do Governo em baixar este imposto de 0,8 para 0,7 nos prédios urbanos. ---

----- Referência ainda aos diferentes modos de cálculo para esta taxa que foram utilizados ao longo dos anos e aos valores apurados nos anos anteriores, conforme o que consta nos documentos disponibilizados. -----

----- Esperava mais coragem e maior cumprimento do programa. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Entende que a taxa do IMI deve ser reduzida ao mínimo e a Câmara Municipal continua a aplicar a taxa máxima neste imposto, a quem caberá encontrar formas de gestão que permitam essa diminuição. -----

----- Sentido de voto favorável da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro, com o fundamento de ser dado o benefício da dúvida ao executivo pelo seu pouco tempo de exercício. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias. -----

----- “ Voto favoravelmente atendendo às explicações da Presidente da Câmara e dando o benefício da dúvida é este o meu sentido de voto, mas espero que o executivo no próximo ano considere.” -----

----- **Ponto IV – LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2009** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, sendo esta que se mantenha o valor aprovado para o ano transacto (1,4). -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal. -----

----- Adiantou que o sentido do seu voto seria favorável salientando, no entanto, que seria importante que de futuro o executivo se debruçasse sobre o n.º 3 do artigo 14º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

do diploma que regula a matéria, e dizer ainda que a derrama advém dos lucros das empresas com domicílio fiscal em Rio Maior pagam e na altura das aquisições não só é importante o valor destas, mas também se as empresas são ou não de Rio Maior. ---

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Referência ao facto de já em 2006 ter apresentado, sobre este imposto, uma proposta de valores de derrama como apoio aos investidores. -----

----- Reforçou a importância de uma redução para a manutenção de postos de trabalho e pela importância de cativar para a fixação de empresários no nosso Concelho. -----

----- Referiu que o seu sentido de voto seria favorável, contudo na expectativa de no futuro seja reconsiderado o valor deste imposto. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Considerou esta proposta mais uma não concretização de promessa eleitoral. ---

----- No próximo ano espera a fixação de uma taxa de 1,2 e não de 1,4 como se fixou para este ano. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Saliu que gostaria de ver mais incentivo ao investimento e às pequenas e médias empresas fazendo especial referência à cláusula que prevê que as empresas com volume de negócios inferior a 150.000 Euros, devendo ser dada uma possibilidade de aplicação desta situação. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Considerou esta taxa e a sua redução podem levar a que sejam atraídas para o Concelho empresas, originando um maior desenvolvimento, a exemplo de outros Concelhos em que as taxas são reduzidas ou mesmo se aplica a isenção. -----

----- Lançou a proposta que para o próximo ano se possa aplicar a isenção ou diminuição deste imposto para as empresas que se fixem e tenham a sua sede social no Concelho, e que mediante vários indicadores, como sejam o tipo de empresa, o número de empregados, a responsabilidade ambiental de cada uma, a empregabilidade de pessoas com deficiência e outros, podem vir a ser favorecidas com estas medidas. -----

----- Sentido de voto favorável da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro, com o fundamento de ser dado o benefício da dúvida ao executivo pelo seu pouco tempo de exercício. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----
- **Ponto V – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMCP)** -----
- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, sendo esta a não fixação desta taxa. -----
- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----
- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----
- Referência ao facto de já em 2005 ter proposto a abolição desta taxa, congratulando-se por ter agora acontecido. -----
- Sentido de voto favorável referindo, no entanto, que se trata de um valor anual irrisório no orçamento familiar, cerca de 0,90€. -----
- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----
- Inteveio em jeito de desabafo referindo o facto de que os 3700 Euros, embora não sejam nada para uma Câmara desta dimensão, constituem, para muitas organizações, um valor significativo e que embora o faça tardiamente, já que nesta altura apenas se pode aprovar ou não a proposta, teria visto com bons olhos que a taxa se continuasse a cobrar e esse valor fosse, de algum modo, atribuído a uma qualquer instituição deste Concelho. -----
- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----
- Trata-se de uma taxa duplamente injusta, não fazendo sentido pagar por algo que não sendo um serviço prestado pelo município sejamos todos nós a pagar os direitos de passagem, quando deviam ser as seguradoras a pagar esse valor ao Município. -----
- Vê esta abolição como um sinal político e isto vem dar substância à ideia, que a CDU cada vez mais defende, que as autarquias não podem estar dependentes da aplicação casuística daquilo que é decidido a nível superior, e que cada vez mais a aplicação da Lei das Finanças Locais deve ser clara e total. -----
- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----
- Apresentou intervenção escrita que se reproduz na íntegra. -----
- “ Nesta rubrica a minha intervenção é para manifestar o meu agrado e satisfação pelo facto de ser abolida a referida taxa que, no meu entender, se trata de uma taxa injusta que não respeitava o princípio do utilizador – pagador que sempre defendi. -----
- Bem-haja pois por ter sido possível abolir esta taxa.” -----
- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Manifestou a sua satisfação na abolição desta taxa que considera de injusta aplicação ao cliente final e que provém da utilização das operadoras de o bem do domínio público. -----

----- Assim, e porque sempre foi seu entendimento que esta era uma taxa a ser paga pelas operadoras e não pelos clientes consumidores, e tendo em conta a receita obtida para a Câmara com a referida taxa, felicitou a Presidente da Câmara e o executivo camarário pelo facto de terem decidido não fixar esta taxa, até porque não é uma taxa paga pela contrapartida de uma prestação de serviços. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **Ponto VI – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 950 000,00 EUROS, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, sendo esta a prorrogação do prazo inicial por mais 6 meses. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e os pêsames à Presidente da Câmara Municipal pela perda daquele que considerava um grande amigo. -----

----- Desejou também a todo o executivo um bom trabalho e no que refere à proposta apresentada o sentido de voto da bancada PS é favorável. -----

----- No entanto, não deixam de colocar as seguintes questões que se transcrevem: ---

----- “Considerando que a prorrogação deste empréstimo, segundo o tribunal de contas, passa a integrar a dívida pública fundada do Município, pergunta-se se passa a integrar os empréstimos de médio/longo prazo, e se sim quais são as implicações na capacidade de endividamento. -----

----- Outra das questões seria se foram concretizadas todas as receitas previstas no orçamento, mas a esta questão já respondeu a Presidente da Câmara na sua apresentação da proposta. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Embora a contracção de empréstimos seja algo que tem grande dificuldade em aceitar, como representante do povo ainda mais dificuldade se lhe apresenta. -----

No entanto, o sentido de voto é favorável já que se tratam de despesas contraídas anteriormente e que temos que aceitar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Findas a intervenções foi dada a palavra à Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos solicitados. -----

----- **Presidente da Câmara** -----

----- Esclareceu que o empréstimo foi efectuado por 6 meses e agora será por mais 6 meses, até Junho. O facto de ter passado um ano económico é a razão que este tem que ser presente à Assembleia Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- **Ponto VII – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICIPIO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, sendo a continuidade da empresa que se encontrava já a prestar este serviço. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- Proposta de suspensão da sessão por 10 minutos não se registando qualquer oposição à mesma. -----

----- Pelas dezassete horas e quinze minutos, foi retomada a sessão com a presença de 18 deputados municipais e 14 Presidentes de Junta, conforme documento que constitui o anexo 1. -----

----- **Ponto VIII – ASSUNTOS PARA ELEIÇÃO/DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES OU MEMBROS A INTEGRAR ORGÃOS/ENTIDADES** -----

----- Havendo várias propostas relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia deu a palavra aos líderes parlamentares para sua apresentação. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Foi apresentada pela Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo uma proposta para retirar este ponto para integrar outra sessão (anexo 4). -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Pede a palavra a Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, para fazer uma nova proposta à Mesa pela bancada da Coligação Juntos pelo Futuro, sendo a mesma que a eleição conjunta por uma só lista para a designação conforme a ordem dos trabalhos (anexo 5). -----

----- Assim em vez de onze eleições far-se-iam apenas duas, e duas porque a CIMLT obriga à aplicação do método de Hondt. Considerando que não se conhece impedimento legal propõe-se a eleição desta forma. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerandos que as eleições representam a democracia na sua plenitude estas devem ser respeitadas. O grupo parlamentar do PS concorda com a proposta da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- Tendo existido conversações entre os líderes parlamentares da CJF e do PS para que fossem apresentadas listas consensuais, tal não foi possível por haver entendimentos divergentes acerca do assunto. -----

----- Não se considerando nem justo, nem democrático a eleição da forma proposta pela bancada da CJF. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Propôs que fosse efectuada apenas a eleição para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Assembleia Distrital de Santarém, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Conselho da Comunidade do Aceso Lezíria I – Ribatejo e Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Director Municipal de Rio Maior, pela sua urgência, e que as restantes votações passassem para melhor oportunidade, com o compromisso do Presidente da Assembleia Municipal de sentar todos na mesma mesa para discussão do assunto. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Retirou a proposta por si formulada. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Formulou proposta à Mesa pela bancada do Partido Socialista, que se traduz na votação imediata para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e que durante as votações se verá como está a decorrer. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Interveio para esclarecer que perante a retirada da proposta inicialmente apresentada pela Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo e o teor das propostas apresentadas, respectivamente, pelo Deputado AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO e pela Deputada CARLA CRISTINA MACHADO RODRIGUES DIAS, em representação da Coligação Juntos pelo Futuro, só faz sentido colocar à votação estas duas últimas propostas, ficando, em caso de aprovação de alguma delas, prejudicada a proposta subscrita pelo deputado ANTÓNIO MANUEL DA SILVA MOREIRA, o que foi por todos aceite.

----- **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO DEPUTADO AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- 18 Votos contra; 2 Votos a favor; 15 Abstenções. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **rejeitada por maioria**. -----

----- **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA COLIGAÇÃO JUNTOS PELO FUTURO** -----

----- 13 Votos contra; 18 Votos a favor; 4 Abstenções -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- O método de eleição reveste a forma apresentada pela Coligação Juntos pelo Futuro. -----

----- Foram nesta altura solicitadas as listas que serão postas a votação para eleição/representação dos representantes ou membros a integrar os diversos órgãos/entidades. -----

----- Foram apresentadas e lidas as duas listas, uma pela Coligação Juntos pelo Futuro (Lista A) e outra pelo Partido Socialista (Lista B), que constituem o anexo 6 a esta acta. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Interveio para solicitar a substituição do seu nome na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens por um outro de uma cidadã do Concelho, psicóloga, Dr.^a Celeste Bernardino Morais, que considera ser mais habilitada ao desempenho da função. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Declarou não existir qualquer objecção por parte da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro a esta substituição. -----

----- **VOTAÇÃO DAS LISTAS PARA ELEIÇÃO CONJUNTA POR ESCRUTÍNIO SECRETO** -----

----- Aprovada a Lista A com 21 votos a favor eleitos os seguintes membros da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE RIO MAIOR** – eleito por maioria o Sr. Prof. Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo; -----

----- **COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS** – eleito por maioria o Presidente de Junta de Alcobertas, Sr. Marcolino Alves Duarte; ----

----- **COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE** – eleito por maioria Sr. Dr. Vítor António Duarte Santos; -----

----- **CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL** – eleito por maioria o Presidente de Junta de Freguesia de Arruda dos Pisões, Sr. Norberto Peralta Marques; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO** – eleitos por maioria os seguintes membros da Assembleia Municipal: Sr. Luís Fernando Henriques Santos, Sr. Leandro Manuel Alves Jorge, Sr. Carlos Jorge Coelho Neto, Eng.^a Maria Júlia Marques Franco Mira, e os Presidentes de Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada, Sr. Raul Alexandre Bousada Pinto, Junta de freguesia de São João da Ribeira, Sr. José Luís Ramos Ruivo Faria da Cruz, Junta de Freguesia de Rio Maior, Eng.^o Luís Filipe Santana Dias e Junta de Freguesia de Arruda dos Pisões, Sr. Norberto Peralta Marques; -----

----- **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** – eleito por maioria o Presidente de Junta de Freguesia de Outeiro da Cortiçada, Sr. Raúl Alexandre Cardoso Bouzada e Pinto; -----

----- **COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RIO MAIOR** – eleitos por maioria os seguintes membros da Assembleia Municipal: Dra. Carla Rodrigues Dias, Dra. Olga Modesto Sousa Candoso Paula e Dr.^a Maria Eugénia de Jesus Reis e ainda a Dra. Celeste Bernardino Morais, Psicóloga, residente em Casais Monizes, Alcobertas. -----

----- **CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES LEZÍRIA I – RIBATEJO** – eleito por maioria o membro da Assembleia Municipal Sr. Dr. Vítor António Duarte Santos. -----

----- **CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES** – eleito por maioria o Presidente de Junta de Freguesia de São João da Ribeira, Sr. José Luís Ramos Ruivo Faria da Cruz e como suplente o Presidente de Junta de Freguesia de São Sebastião, Sr. Albertino Pinto Lopes. -----

----- **ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM** – eleitos por maioria o Sr. Presidente de Junta de Rio Maior, Eng.^o Luís Filipe Santana Dias e como suplente o Presidente de Junta de Azambujeira, Dr.^a Mariana Rita Correia Neves Carvalho. -----

----- **VOTAÇÃO DAS LISTAS PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO POR ESCRUTÍNIO SECRETO** -----

----- Aplicado o método de Hondt foram eleitos os seguintes membros da Assembleia Municipal na ordem que se segue: António Manuel da Silva Arribança, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Carla Cristina Rodrigues Dias, António Manuel da Silva Moreira e Albino da Piedade Ferreira. -----

----- Terminada a ordem de trabalhos colocou-se a aprovação em minuta dos assuntos deliberados nesta Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade dos presentes.**

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Senhor Alexandre Jacinto residente em Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia e agradeceu o facto de a Assembleia se realizar ao Sábado, considerando este facto como um grande passo de cidadania no nosso Concelho. -----

----- Prestou ainda um esclarecimento à questão levantada pela Deputada Carla Rodrigues relativamente ao Conselhos Municipais de Juventude. Nunca existiu Conselho Municipal de Juventude em Rio Maior, existe sim o Parlamento da Juventude que considera não ser comparável. -----

----- O Conselho Municipal de Juventude tem um regimento próprio, uma lei própria que entrou em vigor no último mês de Fevereiro. -----

----- Deixou votos que este novo executivo se empenhe em disponibilizar essa importante ferramenta de participação aos jovens do Concelho de Rio Maior. -----

----- Fez ainda um voto de lamento enquanto cidadão à forma como foi efectuada a eleição, considerando que esta em nada dignificou a importância que estas comissões têm. -----

----- Lamentou igualmente o facto da proposta da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo não ter vingado. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando uma dezanove horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com votos de um Feliz Natal a todos, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente acta que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____